

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

“DESENVOLVENDO GESTORES”

APRESENTAÇÃO

A partir da década de 90, a administração pública brasileira vem enfrentando uma série de crises em virtude de diversos fatores sociais, políticos e econômicos inter-relacionados, entre eles, novos requisitos de integração competitiva da globalização e reconhecimento das disfunções burocráticas.

No âmbito organizacional, passou a se buscar a implantação de um novo modelo no qual a gestão estatal passou a conviver com termos e expressões como produtividade, qualidade total, metas, resultados, parcerias, reestruturação e outras. Assim, novas tecnologias e novos padrões de gestão passaram a ser introduzidas nas administrações públicas e privadas, gerando grandes e novas exigências sobre aqueles que ocupam cargos de direção. Ao gestor público, observa-se a necessidade de competência para lidar com os crescentes desafios, que decorrem de exigências da instituição e da própria sociedade.

No Poder Judiciário não poderia ser diferente; as carreiras dos magistrados e servidores tem o caráter predominantemente jurisdicional, uma vez que os mesmos são selecionados por meio de concurso público para exercer a função caracterizada por conhecimentos da área de Direito, na sua maioria, porém, na prática o cargo envolve importantes funções gerenciais, como além do exercício das atividades jurisdicionais, sendo a função de gerir pessoas sempre um grande desafio.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental, Magistrados e Servidores apreenderem e aplicarem, dentre outros ferramentais de gestão, os fundamentos conceituais e princípios da Governança no Poder Público, e, executar a Gestão de Pessoas utilizando as ferramentas de coaching e de neurolingüística com suas equipes, analisando para tanto as teorias sobre motivação humana, por meio de estratégias eficazes, de forma a possibilitar uma entrega da prestação jurisdicional mais efetiva, ancorada nos anseios da sociedade; razão pela qual justificou o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia criar oportunidades de aprendizagem na temática de desenvolvimento de gestores, por meio de estratégias metodológicas que alcançassem o maior número de pessoas possível, contemplando os seus diversos públicos e extensão territorial, em

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

consonância a premissa desta UNICORP de democratização do acesso a educação corporativa.

Dessa forma, esta prática vai ao encontro da demanda exposta, a qual visou à oferta sistemática e integrada de ações educativas, desenvolvendo habilidades e perfis profissionais para atuarem frente aos desafios de melhoria progressiva, com foco em Gestão de Pessoas, realizadas na modalidade presencial e a distância, por meio do desenvolvimento de uma combinação sinérgica de conhecimentos, habilidades e atitudes, imbuída por uma conduta ética e humanizada, expressadas pelo desempenho no local de trabalho, ancorada nos anseios da sociedade, necessária à inovação da gestão pública.

ESTRUTURA DA PRÁTICA

A Prática “Desenvolvendo Gestores” está estruturada em cursos de formação continuada para fins de vitaliciamento/promoção de magistrados e progressão funcional de servidores, com destaque para os que ocupam funções de liderança e demais servidores que atuam na Secretaria de Gestão de Pessoas. A referida Prática está modelada em 6 turmas, sendo 4 na modalidade presencial e 2 a distância. Dentre as 4 turmas presenciais, 1 teve o seu nível de complexidade em aprofundamento intermediário, conforme a seguir:

AÇÃO	MODALIDADE	NÍVEL	CARGA HORÁRIA
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 1	Presencial	Inicial	20h
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 2	Presencial	Inicial	20h
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 3	A distância	Inicial	40h
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 4	A distância	Inicial	40h
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 5	Presencial	Intermediário	20h
Curso de Gestão de Pessoas – Turma 6	Presencial	Inicial	20h

METODOLOGIA

A proposta metodológica da UNICORP está alinhada ao seu propósito institucional de contribuir para a formação contínua dos Magistrados e Servidores da Justiça Estadual Baiana. Nessa linha, as ações educativas que integram a Prática “Desenvolvendo Gestores” privilegiam a participação individual e a construção coletiva, por meio do uso de metodologias ativas, com o

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

uso efetivo de técnicas de ensinagem, com vistas a potencializar a dimensão do saber fazer; tendo o, magistrado/servidor, participante, como protagonista do processo, seja na modalidade de ensino presencial ou a distância.

Na modalidade à distância as ações educativas foram realizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem, hospedado na Plataforma Moodle, devidamente implantado na estrutura tecnológica do TJBA. Para tanto, basearam-se na construção de conhecimentos, mediados por facilitadoras com domínio técnico e metodológico, potencializadas por ferramentas assíncronas, que favoreceram a interação e a interatividade, por meio da problematização, reflexão e significância, para que a aprendizagem ocorresse com a eficácia necessária, onde os alunos puderam refletir sobre os temas tratados, compartilhar conhecimentos e experiências sobre a rotina de trabalho que envolve a Gestão de Pessoas e a sua aplicabilidade na prática laboral.

Nesta oportunidade o design instrucional, conteúdos e materiais didáticos das referidas ações educativas, à distância, foram gentilmente compartilhadas pela ENFAM, tendo como facilitadoras Juízas com Formação pela referida Escola Nacional, sendo a coordenação pedagógica executada pela UNICORP.

Na modalidade presencial, o processo de ensinagem ocorreu com uso intenso de metodologias ativas, por meio de técnicas como: apresentação cruzada, brainstorming, GVGGO, Phillips 66, seminários, simulações, dentre outros, facilitadas pelas Formadoras responsáveis.

A partir de uma abordagem teórico-prática, as ações educativas em questão, tendo em vista a sua intenção pedagógica, por meio de um processo dialógico de construção de conhecimento, a partir de uma avaliação diagnóstica, tomou como ponto de partida a prática jurisdicional, na qual os saberes profissionais, experiências e conhecimentos dos participantes foram entendidas como molas propulsoras para a potencialização da aprendizagem, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional e estimulando novas formas de agir.

Por meio de uma abordagem expositiva e colaborativa, ampliada pelo uso de recursos de multimídias como power point, projetor, flip chart; ancorada em referências bibliográficas atuais,

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

os temas foram trazidos e problematizados, a luz da prática judicante, de modo a favorecer a troca de experiências, em um processo de ensino-aprendizagem contextualizado.

Nessa perspectiva as formadoras orientaram as discussões com perguntas alinhadas a prática profissional dos participantes, permitindo aos mesmos expressar-se livremente, mediando às discussões, com comentários que estimularam as ideias dos participantes realizando ganchos com as demais colaborações, reconhecendo e valorizando os saberes profissionais.

AVALIAÇÃO

A UNICORP entende avaliação como um processo que ocorre durante toda a ação educativa, sendo esta compreendida como diagnóstica, formativa, contínua e sistemática; ocorrendo nas dimensões individual e coletiva. Para tanto, considera-se as seguintes perspectivas:

Do Aluno: Partindo do princípio dos sucessivos equilíbrios e desequilíbrios que ocorre no processo de ensino aprendizagem, a avaliação da ensinagem, aqui apresentada, deu-se inicialmente a partir de uma avaliação diagnóstica, já pontuada na metodologia, que além do acima exposto, visa mapear e reconhecer os conhecimentos prévios dos participantes, de forma a contextualizar as discussões, além de contribuir para uma possível mudança de rumo do planejamento das aulas e atender as expectativas dos participantes. Nessa perspectiva, a partir desse diagnóstico, a avaliação do aluno ocorre em todos momentos, mediante os diversos instrumentos e procedimentos avaliativos, articulados com os objetivos propostos. Intervenções pedagógicas e feedbacks individuais e coletivos possibilitaram as formadoras avaliarem a capacidade dos alunos, de aplicarem os conhecimentos construídos ao longo das ações educativas, uma vez que o sistema avaliativo definido procurou reproduzir ao máximo as situações que exigiriam a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Por fim, foi utilizado instrumento de registro reflexivo de forma a identificar se os objetivos propostos foram ou não atingidos ao final da unidade ou curso, permitindo localizar o alcance da ação educativa nas perspectivas individual, profissional e organizacional.

Da ação: Os participantes foram estimulados a preencherem formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da UNICORP, tais como: a estrutura do curso (quanto ao programa e metodologia aplicada), adequação de carga horária ao desenvolvimento dos temas, e estes de acordo com os objetivos específicos, avaliação dos professores, qualidade da infraestrutura, do material de apoio e da equipe da Escola.

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

Registro de Presença: Aferido diariamente, por turno, mediante Sistema de Gestão Acadêmica de Educação Corporativa - SIEC UNICORP. Foi exigida a frequência mínima de 75% para fins de recebimento do Certificado, disponibilizado também no supracitado SIEC, mediante acesso ao portal da UNICORP.

CONCLUSÃO

Frente ao exposto evidencia-se o caráter inovador da prática apresentada, considerando as metodologias ativas utilizadas, intensamente voltada a dimensão do saber fazer, na qual a prática laboral foi a grande norteadora da ensinagem, onde as ações educativas realizadas pautaram-se na educação judicial, que envolveu ciências que foram além do direito, como a psicologia e a administração, nas quais os participantes puderam se apropriar desses saberes para bem desenvolver as atividades de gestores do TJBA.

Ao se analisar se houveram dificuldades na implementação da presente prática, é possível inferir que não existiu grandes obstáculos, pois, embora a distância territorial entre a comarca sede - unidades do interior e ausência de pagamento de diária para o público lotado nas unidades longínquas tenha limitado a participação desses nas turmas presenciais, esse percalço foi minimizado com a oferta das turmas à distância.

Como resultado alcançou-se 98,67% de satisfação entre os 185 participantes (desembargadores, juízes, servidores da área finalística e administrativa), percentual esse superior as métricas apresentadas no mercado. Em análise qualitativa, observam-se já mudanças de paradigma e de entregas no âmbito do TJBA. Dos participantes das ações educativas disponibilizadas, 12 foram vencedores do Prêmio Justiça em Números TJBA, das quais 3 galgaram o selo diamante e 6 o selo ouro. Outrossim, com a presente Prática foi possível contribuição na redução de taxa de congestionamento, como pode ser comprovado em matéria publicada no site do TJBA em 24/09/2018 conforme link a seguir: <http://www5.tjba.jus.br/portal/11a-vara-de-fazenda-publica-de-salvador-registra-queda-de-35-na-taxa-de-congestionamento-em-seis-meses/>

Por fim, vale registrar que referida prática, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Estadual Baiana, tem grande potencial de replicação em outros órgãos devido ao seu formato e cumpre o princípio desta UNICORP de democratizar o acesso as ações de educação corporativa, alinhada a diretriz da mesa diretora do biênio 2018-2020. **TJBA Todos Juntos!**